

## ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE NECESSIDADE DE DEFESA MILITAR E DE SENSIBILIDADE DE SEGURANÇA EM PORTUGAL \*

---

Porque continuam a aparecer afirmações de que não há agora ameaças a Portugal que justifiquem as despesas que se fazem com as Forças Armadas, ou até a sua própria existência, julga-se conveniente insistir na tentativa de contribuir para o aprofundamento desta importante questão e, paralelamente, reflectir sobre o problema fundamental da sensibilidade de segurança nacional, apesar do risco de se incorrer em inevitáveis repetições.

Em princípio, a existência, a dimensão e a composição das Forças Armadas de um país justificar-se-ão, entre outras coisas, principalmente pela percepção de necessidade de se dispor de meios para opor ao emprego directo ou indirecto de poder militar por parte de antagonistas dos interesses nacionais, pela capacidade militar possuída por estes, pelos tipos de ameaças militares mais prováveis e pela caracterização dos teatros de operações onde se prevê o seu empenhamento. Por outro lado, mesmo que não se vislumbrem ameaças, há ainda assim que ter em consideração ser cada vez menos possível improvisar Forças Armadas quando delas se precise e, muito menos, improvisar a aceitação das imprescindíveis hierarquia e disciplina que só a tradição cimenta, pelo que convirá, também em princípio, manter no mínimo um núcleo militar actualizado capaz de rápida expansão através de eficientes sistemas de reservas e de mobilização. Por exemplo, se a Inglaterra não tivesse Marinha, não poderia dispor tão cedo de meios indispensáveis à gestão da súbita crise das Ilhas Falkland, ou Malvinas.

Em teoria, as ameaças militares postas por previsíveis antagonistas dos interesses nacionais poderão ser avaliadas com recurso à conhecida fórmula  $A = C \times I$  ( $A$  para a ameaça,  $C$  para capacidade militar e  $I$  para intenção de lançar mão de  $C$  para impor a sua vontade). A fazer-se fé nesta fórmula, para se chegar à conclusão de que não há

---

\* Artigo publicado em *Nação e Defesa*, n.º 22, Abril-Junho de 1982.

ameaça de um país que disponha de capacidade militar, ter-se-á de ter confiança na sua intenção de não a utilizar. O que acontece é que tal confiança não existe generalizada, o que parece comprovado pelo facto de praticamente nenhum país, incluindo os que são inequivocamente neutrais, ter cessado de aumentar a sua capacidade militar, conforme é do conhecimento comum. Foi uma deficiente avaliação das intenções argentinas quanto às Ilhas Falkland que levou o responsável britânico pelas relações exteriores a demitir-se.

Para dar uma ideia do poder militar de alguns países com certo interesse para a questão em apreço, apresentam-se alguns elementos referentes a dois seleccionados entre eles, um por ser vizinho, e outro por ser neutral. Assim, segundo a publicação «The Military Balance, 1981-82» do International Institute for Strategic Studies, de Londres, a Espanha disporá actualmente de efectivos da ordem dos 340 000 homens (255 000 do Exército, 38 000 da Força Aérea e 49 000 da Marinha), 1 Força de Intervenção Imediata composta por 3 Divisões, 4 Brigadas e 2 Regimentos, mais 2 Divisões, 12 Brigadas e 11 Regimentos da Força de Defesa Territorial, mais de 200 aviões de combate (incluindo mais de 100 de interceptação, cerca de 80 de transporte e 6 de patrulha marítima de longo raio de acção para apoio naval), 1 navio porta-aeronaves, 9 fragatas e corvetas lança-mísseis, 7 «destroyers» modernizados, 8 submarinos e uma força de assalto anfíbio e/ou vertical de dimensão semelhante à da URSS. Segundo a mesma publicação, a Suíça disporá de 3500 homens dos efectivos regulares e mais 17 000 recrutáveis (expandível para 625 000 homens em 48 horas, sendo 580 000 para o exército e 45 000 para a Força Aérea), cerca de 800 carros de combate, estando encomendados mais 60, e cerca de 370 aviões de combate.

Importa ainda atentar no caso da Islândia, um membro da NATO que não tem Forças Armadas, mas que, porque o seu território tem grande importância para a Aliança, tem suportado desde há vários anos uma força de segurança norte-americana da qual não se consegue ver livre, e que mantém rigorosamente confinada aos seus aquartelamentos para que não perturbe a maneira de viver da população.

Ainda no concernente a ameaças, há quem sustente que a segurança dum país corre riscos pela simples existência de pontos fracos ou vulnerabilidades que outros poderão ser tentados a explorar para condicionar o seu comportamento.

Para dar um exemplo de aplicação desta tese, aproveita-se para referir que, no caso do chamado Conflito Leste-Oeste, o ponto porventura mais sensível da Aliança Atlântica — que reside na descontinuidade geográfica entre os Continentes Europeu e Norte-Americano, e para cuja superação se impõe uma clara solidariedade atlântica — continua sendo posto à prova pelo Bloco oposto no momento actual. Na realidade, as ocorrências praticamente simultâneas da intervenção militar soviética no Afeganistão (intensificando consideravelmente as apreensões da Europa Ocidental e dos EUA sobre o equilíbrio geopolí-

tico da Região e sobre a regularidade do fornecimento de petróleo, agravadas com a revolução no Irão e com a guerra entre este país e o Iraque), dos mísseis soviéticos SS-20 apontados para a Europa Ocidental e do gasoduto da Sibéria para servir alguns dos importantes países do Velho Continente, para não falar das manifestações pacifistas que se estão verificando em alguns destes, na ameaça de envolvimento da Europa pelo Norte de África (com potencial afectação da segurança das rotas marítimas de abastecimento e de socorro à Europa Ocidental) e da instabilidade crescente nas Américas do Sul e Central (eventualmente conducente à fixação dos principais esforços e preocupações da potência líder da NATO no Continente Americano, à sua colocação perante opções delicadas, e ao alargamento da sua área de actuação), têm posto bem a claro que a exploração do supracitado ponto sensível da NATO — a solidariedade atlântica — poder levar à «finlandização» da Europa, e à neutralização final da própria Aliança. Curiosamente, a defesa da Europa Ocidental, que tem assentado desde a I Guerra Mundial na viabilidade de reforço militar do Continente Norte-Americano para responder a invasões militares vindas de Leste, parece ter agora dificuldade em encontrar resposta adequada à «invasão energética do gasoduto soviético». Considere-se ou não esta «invasão» como uma séria ameaça, o que é certo é que já se vai ouvindo a responsáveis europeus ocidentais que os EUA não se prepararam a tempo para utilizar as suas consideráveis reservas de carvão para responder adequadamente à estratégia concertada de fomento de insegurança no Golfo e de oferecimento de gás natural da Sibéria, deixando os seus aliados europeus entre a espada e a parede.

Seja como for, o que é facto é que a segurança do Ocidente se joga efectivamente na disputa da Europa Ocidental entre a URSS e os EUA, uma vez que a própria segurança norte-americana resultaria muito ameaçada se o Velho Continente fosse efectivamente neutralizado. É por isso que o reforço da solidariedade atlântica constitui efectivamente a resposta estratégica adequada à geografia para se lançar o objectivo vital da sobrevivência do Ocidente.

O caso português apresenta curiosa semelhança com o da Aliança Atlântica. Efectivamente, assim como o Velho Continente necessita de recorrer à atlanticidade que lhe é conferível pelo controle do Atlântico Norte e pelos abastecimentos e pelos apoios do Novo Continente que através dele lhe podem chegar para permanecer suficientemente independente, também o Velho Portugal, para o mesmo objectivo, necessita de preservar a atlanticidade que os seus primeiros reis edificaram, ao alargarem o mais que lhes foi possível a fronteira marítima do Continente e ao projectá-la pelo Atlântico fora. Daqui decorre um elemento de extrema importância de que nem sempre dão ideia concreta de se aperceberem bem todos os portugueses, que é o facto de Portugal ser realmente um país diferente de qualquer outro país europeu ocidental

ou de qualquer outro membro europeu da NATO. Que assim é, resultou bem evidente pelo menos em duas circunstâncias capitais de Portugal ser o único membro europeu da NATO cujo Território Nacional se encontra inserido no Comando Supremo Aliado Atlântico (SACLANT) com sede nos EUA, e de o nosso país ter sido convidado a entrar na NATO logo após o termo da II Guerra Mundial, o que não sucedeu com a Espanha, muito embora o regime político de qualquer dos países apresentasse então idênticos inconvenientes. Isto terá exactamente acontecido pelo facto de a vocação atlântica do Território Nacional ser muito mais marcada do que a do espanhol, e por constituir realmente um elo indispensável da imprescindível solidariedade entre o Novo e o Velho Continente. Por outro lado, Portugal é ainda diferente de outros países europeus ocidentais e de outros membros da Aliança Atlântica porque, tal como acontece também com esta, não pode haver certezas absolutas quanto a aspectos delicados do seu futuro, principalmente se a sua própria solidariedade atlântica, e coesão interterritorial, forem postas à prova. Significa tudo isto que para a protecção das rotas marítimas vitais para a Europa, não se imperioso recorrer a território espanhol e que, porque as Ilhas portuguesas terão naturalmente de estar inseridas na área do SACLANT, o Continente deverá acompanhá-las, por razões ponderosas de solidariedade atlântica e de coesão nacional. Significa ainda que não há razões vitais de ordem geoestratégica ou de segurança própria que justifiquem a inclusão da Espanha no SACLANT. Significa finalmente que Portugal precisa de se assumir decidida e inequivocamente como um país quase-arquipelágico.

Se as preocupações com a preservação da atlanticidade e com o reforço da coesão interterritorial nacional parecem assim dever merecer mais alta prioridade em todas as estratégias de Portugal (económica, energética, de transportes, cultural, militar, etc.), interessa então reflectir profundamente sobre o modo como poderão eventualmente ser ameaçadas.

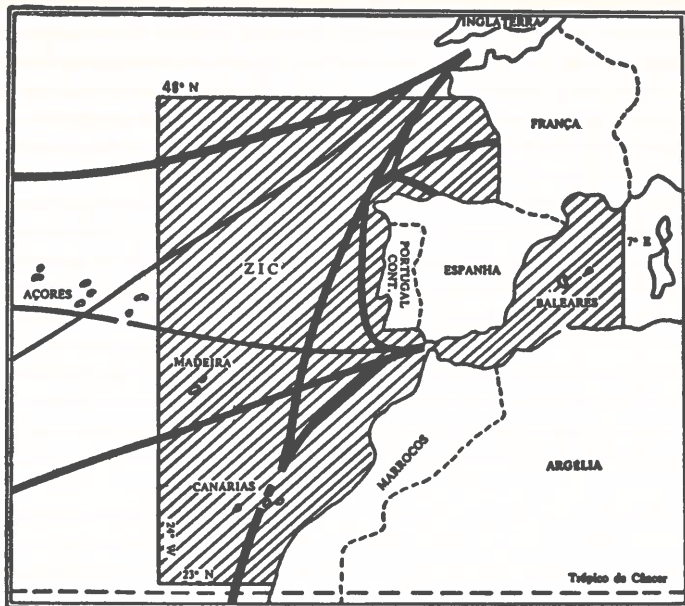
Antes de tudo, julga-se não ser despropositado insistir na questão de a situação geográfica do Território Nacional não permitir que o País possa ser considerado como uma zona neutra no contexto de importantes conflitos e tensões de âmbito mundial como o Leste-Oeste ou o Norte-Sul (para apenas referir os principais), porque os países nele envolvidos não podem ser indiferentes à sua utilização, por razões íntimas da sua própria segurança. É o caso dos EUA, que sentem crescente necessidade de recorrer a potencialidades do Território Nacional, não só pelo nome da sua própria segurança e da do Ocidente, não só para acorrer em apoio da Europa Ocidental, como a outros pontos do Globo onde a segurança deste corre igualmente perigo. É o caso da Organização para a Unidade Africana, que receia a utilização dele contra interesses de países membros na África e no Médio Oriente. A ajuizar pe

escritos de alguns estrategistas espanhóis, será o caso do país vizinho, que teria a intenção de conseguir a atribuição de um importante papel atlântico, tirando partido do seu considerável poder naval e aeronaval — a participação no Exercício extra-NATO «Ocean Venture 81», em Setembro (ao lado de importantes forças navais e anfíbias norte-americanas) com o empenhamento do seu navio porta-aeronaves, de 3 fragatas e 2 corvetas lança-mísseis, de 2 submarinos e de aviões de patrulha marítima de longo raio de acção P-3C «Orion», pode ser uma confirmação da hipótese. É o caso da URSS que, a partir do Território Nacional, poderia conseguir o seu importante objectivo de comprometer a viabilidade da solidariedade atlântica, interrompendo as supracitadas rotas de socorro à Europa, e poderia ainda passar a apoiar melhor as acções que visem a fixação das preocupações e dos esforços prioritários dos EUA nas regiões das Américas Central e do Sul. Acrescentar-se-ia ainda um plausível interesse da NATO em utilizar em caso de guerra costas, portos e território do Continente português e da Espanha (na eventualidade do ingresso deste país na Aliança) para fazer chegar material ao centro do Teatro de Operações europeu, encurtando as rotas dos comboios marítimos provenientes da América do Norte e evitando a sua exposição a ataques aéreos e às águas mais facilmente mináveis do Canal da Mancha e do Mar do Norte, o que teria, no entanto, os inconvenientes de tornar o Continente num alvo mais apetecível para mísseis (terrestres e de submarinos) e para aviões (com base em terra e no mar) do Bloco oposto e também para os apologistas da unidade geoestratégica da Península Ibérica e do comando unificado correspondente.

Daqui resulta uma ilação que muito importaria que os estrategistas e os políticos portugueses continentais e ilhéus, bem como espanhóis, europeus ocidentais e norte-americanos, conseguissem sobrepor aos seus interesses particulares para não se prejudicarem interesses mais vastos do Ocidente e, por conseguinte, e afinal, também os seus. O caso é que a solidariedade atlântica, que é indispensável à sobrevivência do Mundo Ocidental, pode ser efectivamente forçada no seu elo constituído pela solidariedade atlântica interterritorial portuguesa, uma vez que qualquer acção visando pôr esta à prova acarretaria inevitavelmente a criação de uma imagem fortemente desfavorável à NATO e a países amigos, com conseqüente provável exploração pelo Bloco Leste, e transferência da fronteira quente do Conflito Leste-Oeste para a região. Aliás, parece que convirá aplicar raciocínio idêntico a toda a Região Atlântica Ibero-Africana (RAIA) que inclui, além da Península Ibérica o Noroeste Africano, na qual seria imprudente manter e explorar vulnerabilidades e tensões, e alimentar hegemonias político-militares que suscitassem automática hostilidade ao Ocidente. Pôr à prova ou forçar a coesão interterritorial de Portugal, que é preciso não esquecer que é vital para a sobrevivência do País, e contribuir para o desequilíbrio geopolítico da RAIA, interessaria realmente muito mais ao Bloco Leste, sempre oportuno em explorar alvos de oportunidade, pelo que seria

susceptível de poder constituir um provável suicídio para o Ocidente, mesmo a curto prazo. A história das agitadas interacções dos países regionais é suficientemente elucidativa para não se deverem menosprezar as suas lições. A rematar este ponto, não se pode deixar de salientar o curioso e importante facto de a atlanticidade portuguesa constituir hoje um elo indispensável da atlanticidade mais vasta da NATO, necessária à própria sobrevivência do Mundo Ocidental, para cujo lançamento e expansão os estrategistas e os navegadores portugueses deram afinal o primeiro e mais generoso contributo.

A preservação da atlanticidade do Território Nacional e a coesão interterritorial portuguesa começam por ser ameaçadas a partir do simples facto de países, mesmo aliados ou tidos por não hostis, reconhecerem a importância da utilização do Território Nacional para a sua própria segurança ou para a projecção externa do seu poder militar para fins de expansão de influência política e de, porventura irreflectidamente, actuarem contra ela. Assim, por exemplo, as eventuais pretensões que foram adiantadas extra-oficialmente por ilustres personalidades espanholas sobre uma possível inserção do seu país no mesmo Comando Supremo Aliado do Atlântico no qual, dos aliados europeus, apenas se encontra Portugal, e sobre a constituição de um comando militar unificado para toda a Península Ibérica, no caso de a Espanha ingressar na organização militar da NATO, a serem confirmadas e atendidas, teriam tendência a colocar rapidamente o nosso País, pela primeira vez na sua secular História de sobrevivência (descontando o período de 1580 a 1640), na esfera de influência político-militar do país vizinho, e a levar a uma conseqüente utilização do mar interterritorial e, quiçá, de pontos de apoio portugueses, para proporcionar aos espanhóis um papel atlântico importante, com o inevitável apagamento do nacional, dada a crescente superioridade do poderio militar espanhol relativamente ao português, nomeadamente nos domínios naval e aeronaval. Outra conseqüência das eventuais pretensões referidas — decorrente da persistente sensibilidade açoriana à presença espanhola, que se julga datar da ocupação filipina, e que veio recentemente à superfície a propósito da pretensão espanhola de conseguir quotas de pesca nas Subzonas dos Arquipélagos da ZEE portuguesa — poderia ser um reacender da influência norte-americana nos Açores. Que tal presumível divisão do espaço português por esferas de influência diferentes pode ser mais do que uma simples hipótese, prova-o a figura junta, respeitante à repartição de interesse operacional relativa ao acordo bilateral de defesa hispano-americano, o qual tem sido considerado como uma espécie de patamar da entrada do país vizinho para a NATO, e diz bem o que poderá suceder ao Território e ao espaço interterritorial nacional, no caso de não demonstrarmos capacidade para as «ocupar» militarmente por forma a satisfazer requisitos mínimos de segurança daqueles dois países e do Ocidente. Conforme referimos no n.º 13 desta Revista, aos portugueses não pode agradar o domínio simultâneo das suas fronteiras terrestre e marítima pela Espanha,



A Zona de Interesse Comum (ZIC), segundo o Tratado Hispano-Americano, e as rotas marítimas do Ocidente

porque lhes lembra a perda da independência em 1580, esperando-se sinceramente que a NATO não force a repetição de tal domínio inadvertidamente. Daqui se poderá então concluir que a falta de uma capacidade militar portuguesa minimamente adequada à defesa dos interesses nacionais constitui, ela também, uma ameaça (talvez a principal) à solidariedade atlântica nacional, à coesão interterritorial, e à própria solidariedade atlântica que é essencial à sobrevivência da NATO. De facto, há que reconhecer que o poderio militar português, comparado por exemplo como o espanhol, constitui realmente uma vulnerabilidade. Efectivamente, não são suficientes uma única Brigada Mista Independente, uns 60 carros de combate, 7 fragatas e 10 corvetas mal armadas, e obsoletas, 3 submarinos e menos de 100 aviões, dos quais nenhum é ainda genuinamente vocacionado para apoio aeronaval efectivo à Marinha ou ao Comando da Área Ibero-Atlântica (os «C-130» e os «A-7» apenas actuam, com algumas limitações, contra alvos de superfície, não servindo para opor à ameaça submarina, a qual continua a ser considerada pela NATO como a mais perigosa).

A completar o quadro de possíveis ameaças, no plano da vulnerabilidade relativa à sensibilidade de segurança, há ainda a considerar o recentemente aventado projecto de construção de uma rede de centrais nucleares a construir em Espanha, com algum apoio português, para servir toda a Península, o que corresponderia, a concretizar-se, à

«invasão energética» do País, à semelhança do que se passa com o gasoduto soviético relativamente à Europa Ocidental. Para completar o quadro, e para além da preocupação já levantada pela «invasão» da Zona Económica Exclusiva nacional por barcos de pesca espanhóis, têm acontecido ainda algumas revelações sobre eventual predisposição para pôr portos do Continente ao serviço do país vizinho, o que, a fazer sem um critério adequado de segurança e sem um prudente desenvolvimento prévio do interior nacional, corre o risco de os vir a tornar mais castelhanos do que portugueses, como sucede por exemplo com os portos moçambicanos que estão ao serviço da RAS e da Rodésia, inclusivamente porque os restantes países europeus não precisam deles, dada a extensão e as maiores carestias e contingências políticas dos transportes terrestres. Em qualquer dos casos, a confirmarem-se, poderá não ter estado bem presente, como se imporia, uma adequada sensibilidade de segurança que permitisse compreender que Portugal não é realmente um país sem problemas especiais a não justificar cuidados especiais, como um outro qualquer da Europa Central, cujos estrategistas não têm que se preocupar em minorar asfixiantes dependências geográficas, ou em evitar ocasionar o seu agravamento.

A preservação da atlanticidade nacional e da coesão interterritorial parecem assim ameaçadas, não apenas por carência da conveniente sensibilidade de segurança, como ainda pela não-existência de um conceito estratégico de defesa militar (e de um sistema de armas que realmente o sirva) que garanta simultaneamente uma dissuasão autónoma e um mínimo de segurança no Território e no espaço interterritorial nacional para o Ocidente e para os dois países amigos que têm vindo a ser referidos. Quer isto tudo também dizer que uma participação portuguesa na NATO apenas em termos geoestratégicos, por ser susceptível de conduzir à repartição do Território Nacional por esferas de influência diferentes e ainda à eventual presença prolongada de forças militares aliadas, poderia pôr em risco a soberania e, eventualmente, a própria liberdade de acção política do País, mesmo e até principalmente em tempo de paz, e no seio da própria Aliança Atlântica. Esta será então, porventura, uma das principais ameaças ao interesse nacional, a qual decorre, como se salientou, das circunstâncias concorrentes da situação geográfica e importância especial do Território Nacional para a Aliança Atlântica, da descontinuidade deste, do interesse de outros países pela sua utilização indiscriminada, e de capacidade militar portuguesa não compatível com tais realidades.

Parecerá por conseguinte lícito concluir-se que, para além das ameaças conhecidas que são comuns a todos os países do Ocidente, outras poderão existir para Portugal, porventura não menos importantes. Para não se ser surpreendido, conviria então reconhecer em primeiro lugar que a importância geoestratégica do Território Nacional é ela mesma uma fonte de ameaças, dados os interesses, as pressões



e as ingerências que origina — o facto de aquela importância poder constituir um trunfo, ou transformar-se numa ameaça, dependerá principalmente da aplicação de uma prudente sensibilidade de segurança e da existência de capacidade de defesa militar mínima adequada às circunstâncias especiais do País.

No concernente a sensibilidade de segurança, o País precisaria porventura de se autoconvencer que se torna imperioso mobilizar inteligências, corações e vontades para se conseguir uma maior saúde e independência económica do Todo Nacional, o que implicaria: a optimização dos recursos próprios para se aumentar a taxa de auto-suficiência, a minoração sensata e prudente de inevitáveis dependências do exterior e, ainda, para contrariar os efeitos negativos destas, o desenvolvimento de mentalidade e capacidade de exportação, o que aconselharia a passar a dirigir para o mercado exterior alguma da agressividade que tem vindo a ser consumida primordialmente em tensões internas.

Quanto a capacidade de defesa militar, conviria ter presente que o Território Nacional, de acordo com as teses de Mahan, dispõe de potencial geoestratégico à medida de uma importante potência marítima norte-atlântica, dada a sua situação geográfica relativamente a grandes países e áreas de interesse comum, facilidade de acesso ao mar, extensão da fronteira marítima e excelência de portos e pontos de apoio. Só que, carências económicas, e o que Mahan designou por carácter do Povo e carácter do Governo para significar o grau de entendimento nacional do valor do mar, não têm tornado possível o desenvolvimento de poder marítimo correspondente às potencialidades geoestratégicas referidas, pelo que estas tenderão entretanto a ser exploradas por parceiros da Aliança marítima em que Portugal se encontra natural e legitimamente inserido, em nome do interesse comum. Simplesmente, julgando-se ser da maior conveniência salvaguardar a coesão e a solidariedade atlântica nacional, parecerá então ser aconselhável tudo se fazer para, no mínimo, evitar a presença de forças militares aliadas em Território Nacional por períodos prolongados de tempo de paz, para o que se imporá dispor de potencial de defesa militar que seja minimamente ajustado a esse objectivo (sistema autónomo de defesa terrestre, aérea e marítima de pontos sensíveis e de pontos de apoio que sejam indispensáveis à segurança do Ocidente e que, simultaneamente, ponham o País a coberto de acções de coacção ou de facto consumado, e capacidade para uma «ocupação» naval e aeronaval mínima do espaço interterritorial português). Esta constituirá certamente uma das justificações principais para a existência de Forças Armadas autónomas em Portugal, e uma das mais importantes prioridades a atender na sua composição, equipamento e doutrina de emprego.

Por detrás dos casos que foram referidos como possíveis exemplos de alguma insensibilidade de segurança, encontram-se certamente preocupações absorventes com a melhoria da situação económica nacional e com o desejo expresso de «não mais voltar costas a

Espanha». Sem pôr em causa a correcção de tais posições, haverá no entanto a dizer que, pior ainda do que voltar as costas a Espanha, donde tendem contudo a vir dependências (como as do comando militar unificado e dos transportes terrestres para a Europa), seria voltá-las ao mar (donde vem o reforço de independência proporcionado pelas Ilhas Atlânticas e pela quase-arquipelágia do País, pelas pescas, pelos transportes marítimos e pelo poder naval e respectivo apoio aéreo marítimo), e deixar de ter o cuidado histórico de procurar inserir as relações sensíveis com o país vizinho, económicas, energéticas, políticas e militares, em áreas mais vastas e mais ricas que a Península Ibérica, estratégia essa que, por ser adequada à especial geografia do País, lhe permitiu escapar ao longo de séculos pelo menos a uma «finlandização» sempre latente. Os espanhóis serão aliás dos primeiros a reconhecer o a-propósito de reservas desta natureza, pois, ainda muito recentemente, jornais seus se insurgiram amargamente contra a «fatalidade geográfica de ter a França entre si e o resto da Europa», aquando das barragens interpostas por agricultores e autoridades francesas ao trânsito de produtos agrícolas seus. Por outro lado, o comportamento dos nossos vizinhos relativamente à pesca na ZEE portuguesa, bem como outros que se referiram, parecem não prometer que cessará a existência de considerável diferença entre a poesia das boas imagens literárias e a crua realidade dos interesses económicos, políticos e militares. Conforme salientámos em artigo publicado no n.º 17 desta Revista, Portugal carece efectivamente de algo parecido com um Conselho Nacional de Segurança que assessoro o Executivo. Assim, existe, por exemplo, nos EUA.

Quanto às preocupações com as despesas militares, porque não se têm manifestado com a mesma agressividade e com a mesma frequência relativamente a sectores onde os gastos e os excessos em pessoal estarão bem longe de se encontrarem normalizados, será de presumir que o problema não seja apenas de natureza económica. Por isso, poderia talvez revelar-se como medida positiva de segurança nacional procurar familiarizar melhor os cidadãos com o processo em curso para a efectiva compatibilização das suas Forças Armadas com um conceito estratégico de defesa militar que responda inequivocamente a necessidades mínimas de defesa militar nacional e da Aliança Atlântica no Território e no espaço marítimo e aéreo interterritorial nacional, e que, simultaneamente, tenha condições de poder contribuir para a consecução de importantes objectivos nacionais (como a coesão interterritorial), para o desenvolvimento tecnológico e industrial do País, e para a intensificação da cooperação com novos países independentes que procurem ajuda para o equipamento das suas Forças Armadas.

Abril de 1982.